

A BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO BRASILEIRO

Robinson Francino Costa - professorrobinson@gmail.com
Ana Claudia Venturin da Costa - anaclaudia.venturin@gmail.com
Elder Gomes Ramos - ramos.elder@gmail.com
Maria de Fátima Cóssio - cossiofatima13@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa faz uma análise das teorias da biopolítica, governamentalidade, das noções de cuidados de si e cuidados do outro de Foucault no contexto neoliberal. Tem como objetivo central de melhor compreender como se constitui a biopolítica e como se relaciona com a governamentalidade e como objetivo secundário discutir a correlação das noções teóricas de biopolítica e governamentalidade com o contexto brasileiro contemporâneo. A metodologia desta investigação partiu de uma análise bibliográfica, com abordagem qualitativa crítica, resultante de uma interpretação trabalhada pela hermenêutica e tendo como unidades de análise a biopolítica e a governamentalidade. Ao cabo, pode-se inferir que a constituição do neoliberalismo atravessa a forma regulamentar das políticas nacionais, favorecendo grupos econômicos em detrimento da população mais pobre e trabalhadora. Segundo a teoria de Foucault os cuidados do outro deveriam prevalecer em ocasiões como esta do Brasil.

Palavras-chave: Biopolítica. Governamentalidade. Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

A vida humana, sobretudo em sociedade, foi e ainda é um grande desafio em todos os tempos. Por hora, bastaria refletir sobre como esse dilema pode e deve ser enfrentado com a máxima serenidade de algo em absoluto instituto natural.

Porém, em Foucault essa essência naturalista da vida predominantemente social assume outros pontos de observação instigantes. O autor provoca a pensar que a vida tem como substância elementar um autoconhecimento investigativo. Dicotômico ao ponto de propor um contentamento contemplativo, com a mesma intensidade que provoca uma insatisfação existencial diante dos fatos que pouco entendemos, numa literal busca errante pelas vias e bermas desse caminho vivencial. O ser humano é por vezes, o seu acusador, o seu próprio julgador e deveras condenador de si mesmo.

Assim, utilizando a metáfora biológica da capilarização, o ser humano é um multiplicador de soluções e conflitos simultâneos, que evidentemente traz consigo a incerteza como dilapidador da vida que se esvai a cada passo que se dá no conhecimento dos outros e de si.

Logo, por meio deste escrito engendrado pela visão Foucaultiana é deflagrada a seguinte indagação: como se constitui a biopolítica e como se relaciona com a governamentalidade?

Para entender a crise ética, política, humana existente no Brasil atual, seguramente encontra-se em Foucault uma chave de análise muito importante, que permite uma reflexão mais consistente, ainda que o cenário seja turvo. Pois, o pensamento do autor dentre muitas vertentes, também se consubstancia de diálogos platônicos nos escritos de Sócrates e Alcibiades inclinado ao contexto contemporâneo e refletindo a acepção de cuidados de si e dos outros.

Então com o objetivo central de melhor compreender como se constitui a biopolítica e como se relaciona com a governamentalidade e como objetivo secundário discutir a correlação das noções teóricas de biopolítica e governamentalidade de Foucault com o contexto brasileiro contemporâneo.

Quando se pesquisa a essência do pensamento deste autor é natural que a pesquisa não se dê por esgotada, pois, há sempre uma nova releitura para ser feita, partindo dos mesmos escritos. Assim, há uma pretensão de tratamento reflexivo, mas que se resguarda à possibilidade de ser o início de outras pesquisas com a mesma natureza, em face a tamanha complexidade e alargamento dos horizontes de análises desta evidenciação subjetiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Biopolítica e o Ser Biopolítico

O ser humano biopolítico avança na compreensão mais sintética sobre a existência e promove um deslocamento para uma visão mais holística de que sua vivência, seu exercício de vida dependem fundamentalmente de outros.

Parte-se então do entendimento que as políticas necessárias para a convivência poderiam ser deliberativas ou até tirânicas, como historicamente já foram. Mas, que sobre isso deveria “o ser” responsável pela organização do grupo social, ter um conhecimento peculiar sobre si mesmo. Como destacam Costa, Costa, Ramos e De Pontes (2017, p. 545)

Essa perspectiva de autoconhecimento e compreensão do ser humano, bem como o seu envolvimento epistemológico com a natureza, não se baliza unicamente na indagação sobre os fenômenos, mas também na introspecção humana para a lapidação do saber, a exemplo do “conhece-te a ti mesmo”, sendo antropologicamente em Foucault o próprio homem o problema necessário de discurso.

Condição essa que fomenta uma releitura da conversão do chamado processo de homem-máquina para uma reestruturação social, pós-industrial, onde se trata do homem coletivo em todos seus sentidos: físicos, fisiológicos, psíquicos como destaca a observação de Candiotta (p. 470, 2011)

A problematização da biopolítica em 1976, no livro *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir* e no curso *Il faut défendre la société*, pareceu ter provocado na investigação de Foucault um deslocamento, da constituição do indivíduo moderno como homem-máquina no poder disciplinar para a constituição da população, definida não em termos geográficos pelo conjunto de seres humanos pertencentes a uma unidade territorial, mas sim em seu aspecto vital, como espécie vivente agrupada em torno de uma característica biológica peculiar: doença, ascendência genética, insanidade e assim por diante.

A biopolítica em Foucault é um elemento de discurso com efeitos sociais de grande alcance, seja na política de Estado ou na ética. Pois, a discussão sobre democracia e a liberdade do sujeito transita no sentido amplo de biopolítica.

Após falar da biopolítica em 1976, o autor avança na discussão sobre governamentalidade já em 1978, ao passo que essa discussão transitava necessariamente sobre o conceito de racionalidade política pela primeira vez, aponta Candiotta (2011), onde retrata que o *modus operandi* de Foucault está na totalização e na individualização, com uma abordagem desses aspectos e sua relação com as políticas liberais e neoliberais.

De modo que muito claramente apresenta que o fenômeno da totalização se perfaz não apenas em um, mas, em alguns processos de objetivação da população. Ou seja, numa organização representativa e regulatória das coisas da vida, uma regulação capaz de apresentar regramentos sobre como agir ou proceder em circunstâncias vivenciais.

Falar sobre a biopolítica é discutir a autonomia das políticas do Estado, fato esse cada vez mais raro em função dos organismos transnacionais como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE entre outros. Candiotta (p. 471, 2011) apresenta que “a biopolítica moderna, resultado da aliança entre ciências humanas e soberania política estatal, afirma que cuida da vida do conjunto da população e ao mesmo tempo protege os indivíduos”. Assim, reforça o entendimento que nem todo governante está preparado para conduzir uma nação à soberania ou assegurar o cuidado da vida da população, pois em pleno século XXI ainda há líder político que na tentativa de destacar sua soberania apresenta ao mundo seu poder bélico, com testes e exercícios militares.

A ausência dos cuidados da vida, por vezes, se justifica em nome de uma suposta soberania nacional como no caso das guerras, ao passo que a adesão a um movimento neoliberal também pode cercear a soberania nacional, que passa a ter uma indicação externa sobre a forma de fazer as políticas nacionais e escolher onde, como e quanto se investe. Reis (2013, p. 115) afirma que

estamos perante uma enorme carga normativa que, ao valorizarem uma dimensão descritiva e prescritiva, acolhem a fórmula de *good governance*, alimentada e disseminada por instâncias transnacionais, designadamente o Banco Mundial e OCDE, para, no quadro dos seus programas de ajustamento econômico, definirem os critérios de uma boa administração pública.

Assim, ainda que Foucault não tivesse a pretensão inicial de discutir o neoliberalismo como se conhece hoje, ao menos concedeu substâncias teóricas suficientemente potentes para analisar que o ser biopolítico é atravessado durante toda sua vida por fenômenos políticos, econômicos e de regulação, frutos do neoliberalismo, que tem como consequência imediata reflexos positivos ou negativos na relação de governamentalidade e o governo dos outros.

2.2 A Governamentalidade

Visitar os pensamentos de Foucault sobre a governamentalidade é partir para uma reflexão profunda, sobre as correlações que o autor fazia entre a atualidade do cenário (fim dos anos 70 e início dos anos 80) e o período socrático do governo de si e dos outros, indicando que ainda há paixões que corrompem a forma de governar. Foucault se refere a uma daquelas dimensões das então chamadas “artes de governar”, que é a do governo dos outros. Assim, ele já menciona o “governo das crianças”, o “governo dos loucos”, o “governo dos pobres” e o “governo dos operários” (FOUCAULT, 1999, p. 45). Aponta para um conteúdo regulador, que surge para frustrar ou inibir ação de pessoas que por algum motivo sejam incapazes de conviver em harmonia consigo e com os pares.

Assim, propagava tal acepção de governamentalidade, de modo a distinguir do sentido de governabilidade ou mesmo de governança, pois ele entendia que estes conceitos residem no campo da materialidade de uma gestão, já governamentalidade se entranha na subjetividade do sujeito, pautando suas ações em relação ao que ele é, pensa ser, e/ou realiza no mundo.

Por certo, essa situação organizacional de regulamentos apresentada na totalização é aplicada de formas distintas pelo mundo todo, seja nas normativas de origem positivista, ou mesmo na regulamentação de origem consuetudinária.

E quando Foucault trata de individualização, os regramentos de modo detalhado, não se aplicam intrinsecamente a pessoa, a sua subjetividade, e talvez seja esse o ponto fundamental de toda teoria em discussão. De modo que a pessoa não se reconheça dentro daqueles ditames, ou não se sinta representada por aquela forma de agir expressa no contexto normativo. Não necessariamente essa condição pressupõe uma transgressão, mas, evidentemente um descontentamento do sentido em que se vive.

Ressalta-se que esse regramento também se consolida em políticas públicas revestidas sob forma de lei, sobretudo nas escolas, de sorte que pode direcionar os rumos e até regular aquilo que se fala ou se discute no ambiente escolar.

Essa abordagem também foi feita por Candiotto em notas (2011, p. 470) ao tratar sobre o tema, apresentando que “ligado à promoção do individualismo, se por isso entendemos o valor último que um sistema político reconhece ao indivíduo e à sua singularidade expressa sob a forma de um grau de independência substancial que lhe é concedido por sua sociedade ou seu grupo de referência”.

Ao passo que cabe a reflexão do nível de independência substancial quando há uma possibilidade concreta de crescimento do poder regulatório sobre o sujeito e sua subjetividade por intermédio do governante, num ato de exercício da governabilidade e uma transgressão da governamentalidade do outro.

2.3 Reflexão da Governamentalidade Contextualizada ao Brasil

Se toda a organização social do Brasil é indistintamente apresentada por regramentos, sendo que aqueles que estejam neste território não podem alegar seu desconhecimento, como dizer empiricamente que a maior parte dos brasileiros não se sente bem representada pelos que são os responsáveis em trabalhar a organização destes regramentos? A resposta poderia estar numa analogia sobre a discussão da governamentalidade?

O problema atual do que chamamos direitos do homem: bastaria ver onde, em que país, como, sob que forma são reivindicados, para ver que, de vez em quando, trata-se de fato da questão jurídica dos direitos do homem e, no outro caso, trata-se dessa outra coisa que é, em relação à governamentalidade, a afirmação ou a reivindicação da independência dos governados (FOUCAULT, 2008b: 57-58).

Perguntas dessa natureza nem sempre encontram respostas muito claras. Mas, de fato se há uma governamentalidade, um entendimento do governo de si e do governo dos outros o contexto ora evidenciado pode assumir novas formas de limitação, principalmente as transnacionais:

(...) pois afinal de contas que interesse tem falar do liberalismo, dos fisiocratas, de d’Argenson, de Adam Smith, de Bentham, dos utilitaristas ingleses, senão porque, claro, esse problema do liberalismo está efetivamente colocado para nós em nossa atualidade imediata e concreta? De que se trata quando se fala de liberalismo, quando a nós mesmos, atualmente, é aplicada uma política liberal, e que relação isso pode ter com essas questões de direito que chamamos de liberdades? (...) Bem, é um problema que é nosso contemporâneo (FOUCAULT, 2008b: 31).

Assim, tratar dos direitos de se constituir livre, exige uma reflexão plausível a todo ser humano, pois, a sua sustentabilidade existencial é enraizada num contexto racional que propõe, por vezes, de maneira unilateral as possibilidades de vida das pessoas. Pois neste caso o governo com seu poder de império tende a normatizar a vida de todos conforme julgue necessário.

E Candiotto (p. 471, 2011) chega a afirmar que,

A biopolítica moderna, resultado da aliança entre ciências humanas e soberania política estatal, afirma que cuida da vida do conjunto da população e ao mesmo tempo protege os indivíduos. Essa mútua imbricação entre totalização e individualização mostra que Foucault não abandonou a biopolítica e o poder disciplinar quando passa a discorrer sobre a governamentalidade.

A governamentalidade então não é vista como uma cerca que impede a ação do ser humano, mas, no exercício do ser e pensar humano que não deve ser invasivo aos direitos individuais. Em outras palavras, esse procedimento consiste, em partir dos direitos do homem para chegar à delimitação da governamentalidade, passando pela constituição do soberano (FOUCAULT, 2008b, p. 54).

Torna-se relevante apresentar que o neoliberalismo explicitado em Foucault, não é exatamente como se conceitua nos dias de hoje, Candiotto (2011) apresenta que para aquele havia uma afastamento nítido do conceito de neoliberalismo como um programa político e ideológico, introdução da governamentalidade que lhe permitiu ver o neoliberalismo como uma configuração biopolítica.

A análise de Foucault a respeito do neoliberalismo contemporâneo é ímpar porque ele não o entende no quadro de uma doutrina política no sentido de Estado mínimo, mas como racionalidade política governamental (CANDIOTTO, p. 472, 2011).

O neoliberalismo tratado por Foucault contemplaria a concepção de governos dos outros? Evidentemente essa indagação precisa ser discutida, visto que, o neoliberalismo tratado por ele, se apresenta como um instrumento de racionalidade do modelo político necessário para uma governamentalidade no sentido amplo e não se consolida apenas no mecanismo complacente do regime capitalista para permear os governos como instrumentos de mercado em suas bases políticas.

Deste modo, é possível imaginar que a disfunção social e econômica no Brasil, tem como pano de fundo o despreparo dos representantes, assim como estava despreparado o Alcibiades de Platão retratado por Foucault onde ele conjectura tal situação alegando que “no entanto, ele [Alcibiades] não se encontra preparado para o exercício da arte de governar, na seara política.

Ignora a *tékhnē* necessária daquilo que deveria saber; pretende governar a cidade, mas não sabe como fazê-lo e qual é o fim da atividade política” (CANDIOTTO, 2010, p. 165).

Se por contexto reflexivo entendemos que o rol dos políticos é uma parcela da sociedade representada, poderia ser essa também despreparada? Existe uma *tékhnē* social para que as suas representações sejam compatíveis com seus anseios sociais, dentro do governo dos outros e da noção de governamentalidade?

2.4 Os Cuidados de si, dos outros e a Democracia

Os cuidados de si poderiam ser suficientes para que a sociedade, como um todo, pudesse exercer e viver uma democracia mais plena, com uma naturalidade em sua essência de partilha de poder. Essa discussão trazida por Foucault ainda apresenta a necessidade do governo das almas, abrindo uma perspectiva de fuga para aquilo que é a essência humana, onde pode inclusive residir na ética, uma proposta muito instigante de alienação das paixões para o exercício vivencial mais sóbrio, que não nos conduza a condição de refém dos prazeres. Apresentado por Candiotta (2010, p. 166) com os seguintes dizeres:

Pelo contrário, Sócrates está interessado em governar a alma de Alcibiades, para que ele aprenda a cuidar de si próprio e possa exercitar como convém o governo dos outros. Segue-se que é preciso ocupar-se consigo não somente quando se busca governar os outros, mas também quando o governo de si mesmo foi deixado de lado pela educação.

Tal serenidade que pode se atinge com esse exercício do governo de si e dos outros, abre uma possibilidade de chegar ao entendimento de que o desgoverno, quando percebido, reside nas ambições que desfazem a lucidez do governo de si. Então a governamentalidade supracitada, encaminha para a natureza regulatória da ação social, talvez uma espécie de policiamento formal quando somos incapazes de controlar os desejos e ambições, ainda que essencialmente tenha uma sistematização teórica mais ampla.

O ensino poderia ser um atributo fundamental nessa reorganização social? Aparentemente sim, talvez, ainda não como resposta para todos os males, pois estes vão além da formalidade estrutural da norma, ou dos ensinamentos, mas repousa também no exercício da ética.

A missão fundamental de Sócrates é convencer Alcibiades de que as ações de governo que ele pretende empreender devem ser antecedidas do controle de suas ambições. É preciso ponderar que isso vale não somente para quem governa, mas também para quem é governado. De um lado, se alguém quiser livremente governar os demais, convém resistir à tentação permanente dos desejos relacionados às ambições políticas; de outro, a melhor maneira de resistir a uma determinada forma

de governo está em limitar aquilo que, no indivíduo, parece ser ingovernável, que são os próprios desejos, muitas vezes impetuosos e violentos (CANDIOTTO, p. 167, 2010).

O ser pode se libertar dos anseios particulares, das ambições, pelo exercício da ética, pois Foucault também apresenta essa situação quando fala sobre “a ética do cuidado de si como prática da liberdade”. Essa talvez seja uma grande chave para pensar, ou repensar a condição de governamentalidade.

O que necessariamente seria a prática da liberdade, se esta foi por Foucault entrelaçada ao cuidado de si. Pode-se provocar a ilação que o cuidado de si é libertador, que transgride as maneiras formais de viver pautado apenas por instrumentos normativos da governamentalidade. Seja na totalização ou na individualização, visto que as regras passariam a não atingir de modo a cercear a ação subjetiva ou objetiva do sujeito. Seria este capaz de viver sem degradar aquilo que ele acredita ser ético.

De argumento privilegiado, Candiottto (2011) auxilia a dirimir essa celeuma teórica ao passo que argumenta sobre o deslocamento de Foucault da biopolítica à governamentalidade de 1976 a 1978 apontando que:

Se houve um deslocamento no pensamento de Foucault, principalmente a partir de 1978, ele não estaria localizado no abandono da política, porém, na problematização do conceito de governamentalidade, porque, ao tornar indissociável o governo político dos outros do governo ético de si mesmo, o pano de fundo da governamentalidade possibilitou entender o cuidado ético de si como inseparável do cuidado político dos outros.

Assim percebe-se que a ação de Foucault na verdade é uma extensão daquilo que ele mesmo já havia embasado, porém conduzindo uma reflexão agora pelo campo ético-político. Sem sobra de dúvidas, a repercussão é uma grande possibilidade de reorganização social na *práxis* como consequência do arcabouço teórico ora em discussão.

Uma simples ação normativa da governamentalidade estatal não afetaria a serenidade daquele que se lapidou, que tratou “o cuidado de si”. Com esta chave de análise foi possível chegar a posição (ainda que não seja a única) de Foucault quando argumentou sobre o neoliberalismo em sua época pela face da governamentalidade e da ética.

Foucault ministrou seu curso, *Naissance de la biopolitique*, provavelmente não poderia chegar a conclusões semelhantes neste curso especificamente. Uma das razões é que a implantação, expansão e consolidação do neoliberalismo como programa político nos países ocidentais e até mesmo no leste europeu ocorrera somente nas duas décadas seguintes. Foucault trata do

neoliberalismo sem que ainda tenha outros parâmetros para avaliar seus resultados político-econômico-sociais que se efetivaram principalmente após sua morte (CANDIOTTO, 2011).

Por fim, pode-se chegar à conclusão, com o auxílio de Candiottto (1972, p. 2010) que pouco mudou desde Alcibíades aos dias atuais, onde diz que “ressalvando todas as diferenças imagináveis, a desconfiança socrática a respeito desse cuidado propalado pela política também está presente no ceticismo de Foucault a respeito da política de seu tempo”. Evidentemente faz parte do cenário vivido no Brasil e outros tantos países, sobretudo os de economia subdesenvolvida, onde o fluxo de capital é absolutamente concentrado, como resultado de reflexos de políticas neoliberais que contribuem para a manutenção e ampliação de modelos hegemônicos.

Ramonet (1997, p. 23), argumenta e apresenta o neoliberalismo como um pensamento único hegemônico, “trata-se da tradução em termos ideológicos da pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular do capital internacional”.

De certa forma, pensar numa mudança a curto ou médio prazo de cenários políticos como no Brasil é algo que provoca incomodo, pois, não há um horizonte plausível para se perceber o futuro socioeconômico e de tudo que orbita em torno da política e dos seres biopolíticos principalmente nesse ínterim.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou como instrumento metodológico de estudo a análise bibliográfica para dar conta de sistematizar uma organização conceitual corroborada pelo referencial teórico de Michel Foucault.

Abordagem foi a qualitativa crítica que “Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Para a interpretação foi utilizada a hermenêutica pois “(...) historiciza a compreensão ao interpretar mudanças temporais como transformações das intenções e interpretações do agir que causa a mudança” (RÜSEN, 2007:143). Sobretudo, pelos aspectos conceituais levantados e discutidos num intervalo temporal das teorias Foucaultianas em face da realidade brasileira de biopolítica e governamentalidade.

As unidades de análise são: a biopolítica e a governamentalidade. De acordo com Lazzarini (1995), a unidade de análise é a entidade central do problema de pesquisa. Apesar de ser

normalmente definida como sendo indivíduos, grupos ou organizações, ela pode também ser uma atividade, um processo, um aspecto ou uma dimensão do comportamento organizacional e social.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

As crises existentes na sociedade atual são, em grande parte, atribuídas à práticas políticas corrompidas pelo modelo capitalista. A partir dessa premissa se evidenciou a aproximação das abordagens Foucaultianas como elemento balizador para esta discussão.

Ao se compreender como Foucault trabalhou a noção de biopolítica, governamentalidade, cuidado de si e cuidados do outro em seu percurso acadêmico, recontextualizando os ensinamentos de Sócrates à Alcibiades e partindo destas noções e reflexões se pode inferir que o ser biopolítico é um derivado simbólico de uma sociedade que em sua grande parte não se percebe representada por aqueles que escolheram.

A governamentalidade que Foucault adensou conceitualmente já em 1978 se dá como consequência de uma visão biopolítica, pois na governamentalidade a instituição de normas para conduzir as próprias vidas, esboça a incapacidade de harmonia coletiva e vivência pacífica entre os pares.

A individualização apresentada pela governamentalidade em Foucault expõe os desprazeres do sistema representativo político brasileiro, nesta reflexão. Tanto os representantes como a própria lei não traz em seu bojo a essência de seu povo a ponto deste não se sentir parte do sistema que conduz suas vidas.

Presume-se que o “ser biopolítico” vai além dos representantes eleitos e transborda certamente esse conceito, pois se constitui um “ser biopolítico” todo aquele que se reveste da condição participativa ainda que seja uma minoria.

Mas, para fim de pontuar como se dá a constituição desse ser, evidentemente, a reflexão se volta para a noção dos cuidados de si e cuidados dos outros em Foucault. Logo, esse ser biopolítico no Brasil atual vive por um caminho errante, na necessidade de encontrar uma identidade que possa se assentar sobre aquilo que anseia seu desejo político.

Contudo, há um conflito interno na composição desse “cuidado de si”, uma dificuldade de conviver com modelos representativos, sobretudo o democrático, visto que no Brasil a democracia nunca foi sinônimo de tranquilidade política, mas de instabilidade de sistemas e principalmente o sistema econômico.

Como explicar que o país que ocupa a sétima maior economia do mundo apresenta um grau tão elevado de desigualdades sociais? Que cuidados de si existem no universo político que justifique uma possibilidade de cuidados dos outros?

A demanda capitalista para a criação de um cenário propício ao seu desenvolvimento concentrado em poucos “empreendedores do mercado” é nitidamente o que prevalece nos diversos segmentos socioeconômicos.

Por fim, destacou-se que a grave crise estabelecida pode ser atrelada a ausência dos cuidados de si que Sócrates enfatizava à Alcibíades e que Foucault abordou magistralmente a partir da quarta aula - dia 1º. de fevereiro de 1978 onde tratou da genealogia da governamentalidade. A crise é fundamentalmente ética. Como superar os desejos e ambições pessoais e particulares em favor das necessidades coletivas? Portanto, é uma luta do eu consigo mesmo. Onde o vencedor e o perdedor transbordam a figura do “eu”, visto que os reflexos dessa batalha recaem diretamente sobre os governados, como ocorre no Brasil atual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano por natureza pode sucumbir às suas paixões e este fato já provoca o desafio de pensar a ética constantemente. A partir do momento que alguma forma de poder sobre a coletividade é atribuída a uma pessoa, tem-se também a preocupação na forma de tratamento que o mesmo terá em relação ao grupo, em detrimento do abandono de suas vontades particulares, fenômeno que Foucault chama de cuidado dos outros e cuidados de si, respectivamente.

Para Foucault a biopolítica tem esse compromisso de retratar no governo as expressões da sociedade. Há uma percepção ampla de Estado-nação autônomo e no campo mais estrito a defesa do indivíduo (CANDIOTTO, 2011). Já a constituição da subjetividade humana para Foucault pertence mais ao campo da governamentalidade, uma vez que é nesta dimensão que ele trabalha as noções das então chamadas “artes de governar”, que é a do governo dos outros como ele já menciona o “governo das crianças”, o “governo dos loucos”, o “governo dos pobres” e o “governo dos operários”.

Tal organização das artes de governar requer uma sapiência daquele que assume o poder, que segundo Foucault se assemelha aos ensinamentos e questionamentos de Aristóteles para Alcibíades, pois compreender as necessidades dos governados é uma virtude ímpar.

Assim, no Brasil pode-se dizer que o governo dos pobres, dos operários vem sofrendo modificações significativas em sua noção de governamentalidade, pois nesse conceito também

reside o conteúdo regulador das relações sociais, como as leis trabalhistas que foram “flexibilizadas” em 2016.

Caso sejam assegurados os direitos por meio de conteúdo regulador, o sujeito fica livre para constituir sua subjetividade e as condições que julgue mais adequadas para sua vida.

Ainda que já apresente conceitos substancialmente complexos para essa análise, Foucault ainda acrescenta à discussão o neoliberalismo, mesmo que não fosse nos anos 70 e 80 como é atualmente, já interferia na relação entre biopolítica e governamentalidade. Para Foucault o neoliberalismo surge como uma reconfiguração biopolítica, ou seja, o momento onde o estado-nação passa a se relacionar mais intensamente com elementos econômicos diversos e externos ao seu campo habitual. É nesse instante que os cuidados dos outros sucumbe, uma vez que interesses de grupos abastados se posicionam e se constituem como política num campo de ação majoritariamente econômico.

No caso brasileiro especificamente, houve um cerceamento dos direitos laborais em favor de grupos identificados com o modelo neoliberal, que articulam as políticas e as relações destas com os trabalhadores e empregadores. Assim, o governo dos pobres e dos operários, como ensina Foucault, foi ferido por interesses particulares e neoliberais.

Por fim, desde a concepção de uma biopolítica até a governamentalidade há um percurso demasiadamente conflituoso que volta diretamente aos cuidados de si e a ética de si. Um sujeito que precisa ser preparado “à lá Sócrates” para governar, sobrepor suas paixões e ter os anseios dos governados como se seus os fossem, ou seja, um desprendimento daquilo que se pode chamar de alimento do capitalismo que é a acumulação de riquezas e adensamento da pobreza.

Governar o governo de si se corrobora como a chave de leitura central para um justo governo dos outros, e no Brasil hoje mais que tudo.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Cesar. **CUIDADO DA VIDA E CUIDADO DE SI: SOBRE A INDIVIDUALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA**. Dissertatio [34] 469 – 491 verão de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/download/8712/5755> Acesso em 14/9/2017 às 14h.



CANDIOTTO, Cesar. **ÉTICA E POLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT**. Trans/Form/Ação, Marília, v.33, n.2, p.157-176, 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/1037/936> Acesso em 10/9/2017 às 10h.

COSTA, Robinson Francino da. COSTA, Ana Claudia Venturin da. RAMOS, Elder Gomes. DE PONTES, Joelson Agostinho. **O (RES)SIGNIFICADO UNIVERSIDADES CONTEMPORÂNEAS**. In: Desenvolvimento urbano sustentável, gestão e empreendedorismo na Amazônia. Organizado por Paes-de-Souza, Mariluce; Araújo, Rayanne Cristina Oliveira da Silva; Passos-da-Silva, Rosália Maria; Souza, Wander Pereira de; Martins, Letícia Nunes Nascimento; Silva, Jean Marcos da. -- Porto Velho, RO: IEPAGRO, 2017.

FOUCAULT, M. “**Aula de 10 de janeiro de 1979**”, “**Aula de 17 de janeiro de 1979**”, “**Aula de 24 de janeiro de 1979**”, “**Aula de 28 de março de 1979**”. In: Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LAZZARINI, Sergio G. **Estudos de caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método**. In: Estudos de caso em agribusiness, - São Paulo. Ed. Pioneira, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 114 p.

RAMONET, I. “**O pensamento único**”. In: CARCANHOLO, M. D. (Org.). A quem pertence o amanhã? São Paulo: Loyola, 1997.

REIS, Isaura. **GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO: Perspetivas e conceitos**. Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2007.